

REFERENCIAIS TEÓRICOS USADOS NA PESQUISA SOBRE PRÁTICAS DE GESTÃO, STRESS E DESENVOLVIMENTO NO TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Flaviane Vasconcelos de Sousa¹, Gabriel Costa Nogueira², Daniel Moraes Pinheiro³

¹Acadêmica do curso de Ciências econômicas - ESAG – PIVIC/UDESC

²Acadêmico do curso de Administração Empresarial - ESAG - Bolsista PROBIC/UDESC

³Orientador, Departamento de Administração Pública da ESAG - daniel.m.pinheiro@gmail.com

Palavras-Chave: Referenciais teóricos. Polícia Militar. Santa Catarina.

Com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso às informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa em questão, foram elaborados resumos de artigos científicos, os quais foram usados como referenciais teóricos do estudo. Este processo permitiu a nossa maior aproximação e familiaridade com os temas abordados. Nesse sentido, foram feitas a leitura e a sistematização dos seguintes trabalhos/autores, que foram incorporados nos materiais da pesquisa: Barbosa e Silva (2013); Costa et al. (2007); Minayo, Assis e Oliveira (2011).

Cada um desses referenciais teve papel fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Sobre o tema do *stress*, um dos artigos estudados foi o de Costa et al. (2007), cujo objetivo é diagnosticar a ocorrência e a fase de estresse de policiais militares da cidade de Natal RN), além de determinar a prevalência de sintomatologia física e mental. Foi investigado uma amostra de 264 indivíduos, extraída de uma população de 3.193 militares do Comando de Policiamento da Capital. Obteve-se a proporção de policiais sem sintomas de estresse de 52,6 %, enquanto que 47,4 % apresentaram sintomatologia.

Minayo, Assis e Oliveira (2011) também trataram do *stress* em seu artigo, fazendo uma análise do adoecimento físico e mental de policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro (RJ), segundo as condições de trabalho e as atividades profissionais. Utilizou-se a mesma metodologia para o estudo de duas categorias: abordagem quantitativa (amostragem aleatória simples por conglomerados, alcançando um total de 1.458 policiais civis e 1.108 policiais militares que responderam a questionários anônimos); e abordagem qualitativa (grupos focais com 143 profissionais e 18 entrevistas com gestores de ambas as polícias). Constatou-se sobrepeso e obesidade, em especial na Polícia Militar; precária frequência de atividade física e informação de elevados níveis de colesterol, especialmente na Polícia Civil. Dores no pescoço, nas costas ou na coluna, problemas de visão, dores de cabeça e enxaquecas foram os principais problemas encontrados nos participantes do estudo. A presença de lesões físicas permanentes foi relatada por 16,2% dos membros das duas corporações, sendo mais relevante entre os militares, que também apresentam mais elevada frequência de sofrimento psíquico. Enfatiza-se a necessidade de mudanças nas dimensões individual e profissional e nos aspectos institucionais referentes às condições e à organização do trabalho e dos serviços de saúde.

Rotinas estressantes como as da Polícia Militar acarretam problemas graves de saúde, principalmente cardiovasculares. Barbosa e Silva (2013) demonstram que tais doenças cardiovasculares estão associadas a um conjunto de fatores, alguns circunstanciais e atendidos com ações parciais. Porém, o somatório de tais fatores aumenta consideravelmente a probabilidade das doenças. Assim, com o objetivo de identificar a prevalência de fatores de risco cardiovascular, modificáveis e não modificáveis, em policiais militares pertencentes ao 35º Batalhão de Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul (RS), foi realizada a pesquisa de caráter quantitativo, através de estudos analíticos do tipo observacional transversal, a partir

de dados obtidos em fichas de avaliação da corporação e também aplicações de questionários individuais específicos. Em uma amostra constituída por 112 policiais militares, predominantemente masculina (87,50%), com faixa etária entre 20-54 anos, os fatores de risco observados em maior prevalência foram: 58,04% para histórico familiar; 67,86% para etilismo; 36,61% para a prática de atividade física insuficiente; 54,05% para sobrepeso; 54,05% para dislipidemia e; 93,75% para estresse. Pode-se observar com as análises feitas que, entre os fatores de risco cardiovascular não modificáveis, apresenta-se a prevalência de homens com histórico familiar de DCV. Entre os fatores de risco modificáveis, observa-se predomínio de homens etilistas, insuficientemente ativos, na faixa de sobrepeso e dislipidêmicos. Entre mulheres, prevaleceram as inativas e muito frequentemente estressadas.

A partir dos referenciais estudados foram incorporados conhecimentos e informações relevantes à pesquisa e à atuação acadêmica, como a dificuldade da profissão e as consequências do *stress* como um fator frequente, sendo essas consequências em geral agravadas por falta de atividades físicas que, possivelmente, resultam em problemas mais sérios de saúde, como problemas cardiovasculares que geram sequelas psicológicas resultado de uma rotina estressante. Tais conhecimentos contribuem com o arcabouço teórico e analítico da pesquisa na forma de classificar as consequências do *stress*, baseado em dados reais.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Robson Ourives; SILVA, Eveline Fronza da. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em policiais militares. **Rev Bras Cardiol**, v. 26, n. 1, p. 45-53, 2013.

COSTA, Marcos et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 21, p. 217-222, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2199-2209, 2011.